

**POPULARIZAÇÃO DAS TRILHAS NA BAIXADA POR MEIO DO PARQUE
NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: AS PEGADAS DE UM GRUPO**

Luciano de Almeida Feitosa
Instituto Educação Em Movimento
feitosaluciano@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho investiga a atuação de um grupo de trilheiros da Baixada Fluminense que por meio de suas atividades no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu contribuíram, em suas microsferas de convivência e divulgação, para ações que colaboraram para a popularização das trilhas no território, tendo como objetivo o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e imagem positiva da região. O estudo é de caráter qualitativo com base na revisão de literatura, análise reportagens onde figuravam o nome do grupo e/ou seus integrantes. O referencial teórico se apoia nos conceitos de educação não formal (GOHN, 2020) e lazer (GOMES, 2008; MARCELINO, 2012). O recorte temporal está compreendido entre 2006 a 2018, período que engloba sua formação até sua reconfiguração em um coletivo. Como resultado encontrou as colaborações para a popularização das trilhas, à época de suas realizações, alinhados com o desenvolvimento de um espaço de educação não formal e um acervo de mídias (sistemizados no quadro 1) que colaboraram para os objetivos propostos pelo grupo.

Palavras-chave: Educação não formal; Lazer; Trilhas; Baixada Fluminense.

POPULARIZATION OF TRAILS IN THE BAIXADA FLUMINENSE THROUGH
THE MUNICIPAL NATURAL PARK OF NOVA IGUAÇU: THE FOOTSTEPS OF A
GROUP

ABSTRACT

This paper investigates the activities of a group of trail enthusiasts from the Baixada Fluminense who, through their activities in the Municipal Natural Park of Nova Iguaçu, contributed, within their micro-spheres of interaction and dissemination, to actions that helped popularize trails in the area, aiming to foster a sense of belonging and a positive image of the region. The study is qualitative, based on a literature review and analysis of news reports mentioning the group and/or its members. The theoretical framework is grounded in the concepts of non-formal education (GOHN, 2020) and leisure (GOMES,

2008; MARCELINO, 2012). The time frame spans from 2006 to 2018, covering the period from the group's formation to its reconfiguration into a collective. As a result, it found the contributions to the popularization of the trails, at the time of their implementation, aligned with the development of a non-formal education space and a media collection (systematized in Table 1) that contributed to the objectives proposed by the group.

Keywords: Non-formal education; Leisure; Trails; Baixada Fluminense.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com apoio do Instituto Educação Em Movimento (IEM).

O território hoje conhecido como Baixada Fluminense sofreu diversas reconfigurações internas, a partir da década de 1940, por conta de seus desmembramentos e hoje abriga uma população maior que nosso vizinho continental, o Uruguai.

Aproximadamente 3,6 milhões¹ de pessoas vivem e constroem suas vidas nos 13 municípios que compõem este território, a saber: Magé, Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Paracambi, Seropédica, Guapimirim, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita (BARRETO, 2007).

Simbolicamente podemos considerar Nova Iguaçu como a capital da Baixada Fluminense, pela sua importância na formação territorial da região, pois, dos 13 municípios hoje constituintes, somente 5 não pertenciam aos seus limites.

A Baixada Fluminense integra a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e por algumas décadas teve sua imagem construída de maneira negativa pelos veículos de comunicação de massa, sendo retratada como lugar da ausência e do descaso pelo poder público. As violências que ocorrem no território foram noticiadas com maior destaque, particularmente na década de 1980 (ENNE, 2004).

A partir das décadas 1990 e 2000 esse cenário inicia seu processo de mudança e a região passa a ser tratada por outra lente que apresenta de forma mais ponderada as exposições da Baixada Fluminense nos veículos de comunicação de massa, sendo também noticiada por suas qualidades, o que colabora para a construção de uma imagem positiva

¹. Valores obtidos na soma da população de cada cidade, no campo "População do último censo", na página do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>).

(ENNE, 2004).

Nesse contexto para os interesses do capital financeiro esta mudança não passa despercebida e direciona seu foco para as potencialidades exploratória da região, tratando-a como um local de investimentos para drenagem dos recursos existentes, para tanto a apropriação e diversificação do uso do solo, a formação socioespacial e seus agentes se tornam direcionados a extração de todo lucro possível através da força motriz e intelectual de seus habitantes (ROCHA, 2020) (RODRIGUEZ, 2016).

A fertilidade deste terreno também é chão para a caminhada de inúmeras resistências que por meio de seus sabres e fazeres vão disputar o discurso e o espaço na construção de novos olhares para a Baixada Fluminense permeado pelo sentimento de pertencimento.

Este estudo focaliza as ações desenvolvidas por um grupo de trilheiros denominado Na Rotaventura, que dentro de suas microesferas de convivência e divulgação colabora para a disputa do discurso da imagem positiva da região.

Por meio das trilhas realizadas, majoritariamente, no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) as ações realizadas pelo grupo pavimentam o caminho para a popularização das trilhas na região, sendo este patrimônio natural o protagonista para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e imagem positiva da região do público alcançado direta e indiretamente pelo trilheiros do Na Rotaventura.

Consideramos o público diretamente alcançado aqueles indivíduos que participaram das atividades e indiretamente os demais que tiveram acesso as informações positivas da região, seja pelos relatos dos participantes, pelas divulgações do grupo o mesmo pelas diversas reportagens (vide quadro 1).

As atividades de trilhas e rapel organizadas pelo grupo Na Rotaventura estão alinhadas com a visão de lazer como um direito social que possibilita aos participantes uma apresentação de informações históricas e culturais que vão ser o ponto de partida para questionamentos das realidades encontradas e contrastadas, relacionando as provocações do local ao global, mesmo que de forma simples, cujo objetivo é provocar a reflexão.

O lazer como elemento da cultura não pode ser restrito a determinados segmentos sociais, no entanto existem diversos elementos que são barreiras para o seu acesso, sendo o fator econômico o de maior impacto (GOMES, 2008) (MARCELINO, 2012).

Estas práticas podem ser vistas como silhuetas das novas formas de se movimentar na sociedade na mobilização de pessoas para o pensamento-ação em prol das demandas

coletivas ao passo que são capazes de serem geradoras de uma nova cultura política, entendidas como “*modus vivendis*” (FILÉ; RIBETO, 2011) (GOHN, 2020).

Os processos educativos observados como recorrentes ao longo da vida, assumem na perspectiva de alguns autores um tríplice viés, a saber: educação formal, não formal e informal (Gohn, 2020) (Libâneo, 2010) (Trilla, 2008).

Focalizando na educação não formal, seu processo apresenta intencionalidade e trabalho pedagógica de baixa estruturação e de grande versatilidade, a flexibilização dos conteúdos permitem um maior alcance de atuação.

Para Maria da Glória Gohn (2020), a educação não formal está associada a formação de indivíduos críticos no exercício da cidadania, portadores de direitos e deveres para sua atuação social.

MÉTODO

Este estudo qualitativo é resultado da pesquisa documental onde se analisou materiais produzidos pelas diversas mídias jornalísticas onde figure o nome do grupo Na Rotaventura ou um de seus integrantes e o nome do Coletivo Educação Em Movimento, apoiado na revisão de literatura, tendo como eixo norteador a educação não formal. Utilizou-se, ainda, entrevistas semiestruturadas com participantes das atividades e lembranças suscitadas pelo pesquisador.

Foi estabelecido como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2006 a 2018, tendo como referência o início das atividades de trilhas e rapel e a consolidação das novas atuações sob a denominação de coletivo educação em movimento, atualmente IEM após se organizar como uma ONG (FEITOSA; SILVA, 2023)(CRUZ, 2018)(EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO, 2021).

As bases teóricas desse estudo são norteadas pelas discussões entre a educação não formal (GOHN, 201;2020)(LIBÂNEO, 2010), em articulação com o lazer (GOMES, 2008) (MARCELINO, 2012).

Lazer e Educação

O lazer e a educação são necessidades sociais fundamentais e estruturantes da vida coletiva, ambos devem ser vistos como essenciais à vida humana, tais quais as necessidades fisiológica. O ser humano é um indivíduo eminentemente social, principalmente ao se compreender a vida como dependente do estabelecimento das diversas relações que dão suporte à vida como: trabalho, política, produção de alimentos,

produção de insumos para a vida urbana e rural, entre outras.

Como estruturante social, o lazer e a educação estão entre os direitos básicos à existência humana, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Federativa do Brasil, em graus de importâncias do mesmo nível que alimentação, saúde, trabalho e férias remuneradas (BRASIL, 1988) (ONU, 1948).

A forma com a qual se desenvolvem e a prioridade elencada em cada sociedade são variáveis, pois, lazer e educação estão intimamente ligados a cultura, agindo de múltiplas e mútuas formas de influências entre si.

No entanto, é importante destacar que o simples fato da existência do texto legal, o direito ao lazer, assim como outros, demandam de meios para que sejam exercidos sob o sol da realidade da classe trabalhadora.

Segundo Marcelino (2012), o exercício do direito do lazer apresenta barreiras que dificultam, ou mesmo exclui, alguns indivíduos, tornando-o, em alguns não raros casos, um privilégio de uma selecionada parcela da sociedade.

As barreiras apresentadas pelo autor incluem a questão de gênero, etarismo entre outros, e nestes grupos as mulheres, os idosos e as crianças compõem aqueles que encontram maiores dificuldades para o acesso/exercício do lazer. No entanto, há um fator que se soma a todos esses fatores e que é colocado como um “pano de fundo” em todos eles, que é o fator econômico.

As barreiras econômicas se apresentam pelos valores dos acessos aos aparelhos de lazer, os deslocamentos necessários, a aquisição de produtos e, inclusive, a jornada de trabalho, onde uma parcela da classe trabalhadora, não dispõem do tempo necessário para o exercício deste direito ou se dedica a necessidade de complementar a renda familiar com outras atividades laborais. O único dia de folga semanal fica destinado ao descanso do corpo, quando este tempo não é tomado por outros afazeres domésticos ou da administração da vida que não são possíveis de realizar no cotidiano.

Compreendemos o lazer como elemento de cultura e não como uma visão de oposição ao trabalho, ou mesmo um privilégio restrito as elites, sendo o lazer capaz de ser parte integrante dos processos educativos que envolvem o ser humano ao longo de toda sua vida.

Nesta perspectiva o lazer deve servir ao usufruto da vida em sua plenitude, da unicidade do ser e estar no mundo de cada indivíduo, e não a serviço da produção do capital ou dos interesses das classes dominantes.

Christianne Luce Gomes (2008) nos lembra que:

trabalho e lazer foram concebidos como eficientes mecanismos de controle moral e social, colocados a serviços de determinados interesses encaminhados para a aceitação, por parte da maioria, da condição de exploração/dominação a ela imposta pelos segmentos hegemônicos. Por essa razão, a educação deveria ser ministrada com reservas aos segmentos populares, pois representava (e continua representando) uma grande força nas mãos das classes dirigentes da sociedade (GOMES, 2008, p. 44).

A educação por sua vez é entendida pela legislação brasileira como “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, Art. 1º).

Essa abrangência dos processos educativos na legislação nacional entra em consonância com a de educação não formal na literatura acadêmica que, entre os autores partilhados nesta pesquisa, apontam como características a intencionalidade, algum nível de organização pedagógica, expectativa de verificação de resultados a serem alcançados em seus objetivos, e sua flexibilidade de métodos e conteúdos que favorecem aos aprendizados não abrangidos pelos da educação formal - escolar/acadêmica (LIBÂNEO, 2010) (GOHN, 2010; 2020).

De acordo com Gohn (2020), a educação não formal se liga uma ampla constituição do indivíduo para a vida em coletividade, ciente do seu papel de cidadão crítico e ativo de seus direitos e deveres, onde os aprendizados que ocorrem “no mundo da vida” se fazem por diversos meios e instituições sociais. Para a autora a educação não formal é:

um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2020, p. 12)

Sob esse prisma o lazer e a educação possuem íntimas relações que colaboram para os processos formativos ao longo da vida do indivíduo e que se articulam com as instituições e vivências as quais interage, principalmente pelas características flexíveis da educação não formal em relação aos seus conteúdos e processos pedagógicos.

Alinham-se a estes pontos, o lazer como elemento integrante da cultura e ser “uma possibilidade de questionamento e resistência à ordem social injusta e excludente que predomina em nosso meio, o que ressalta o papel político deste direito social” (GOMES, 2008, p. 126).

Contextualizamos a afirmativa da autora com a fig.1, no registro de uma das paradas das trilhas para o compartilhamento das informações históricas a respeito da localidade, acompanhada de reflexões provocativas do exercício da cidadania, sinalizando a demanda de organização para reivindicações da atuação do poder público nos pontos levantados durante os diálogos informais das trilhas.

Figura 1 – Casarão (sede da fazenda Dona Eugênia).



Fonte: Acervo do autor (1º semestre de 2008).

Na Rotaventura: um grupo de trilheiros

O grupo Na Rotaventura inicia suas atividades em meados dos anos 2000, com o objetivo inicial de apresentar o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) as suas microesferas de convivência e divulgação, nomeando as atividades como “Trilha Ecológica” no sentido de visibilizar as potencialidades da cidade.

O amadurecimento das ideias decorre de suas ações, evoluindo, as atividades ganham novos olhares na perspectiva de colaborar com uma construção de uma imagem positiva para a região relacionada a um sentimento de pertencimento.

Sobre a organização das trilhas observamos a seguinte estruturação: divulgação da

trilha, realização da trilha e divulgação dos registros pós trilha.

Nessas etapas encontramos aspectos que vão estimular os objetivos do grupo e corroborar com a proposta de uma educação não formal, com a relação de aspectos local x global.

A proposta de dar visibilidade positiva a região por uma lente que estimule o sentimento de pertencimento a partir das suas microesferas de convivência e divulgação rompe com o objetivo inicial já em 2006, quando as atividades do grupo Na Rotaventura são visibilizadas em uma reportagem de jornal impresso de grande circulação, seguida de outras reportagens em plataformas como televisão e internet (Ramos, 2006) (Câmera Especial, 2012).

Uma questão a ser observada como possível potencializadora da participação das pessoas nas atividades é a gratuidade de oferta atrelado a escassez de aparelhos de lazer e concentrando os aparelhos existentes nos centros econômicos, como no caso de Nova Iguaçu, cidade onde o grupo Na Rotaventura iniciou suas atividades (Simões, 2020). Historicamente desde a década de 1940, na cidade de Nova Iguaçu, as alternativas de lazer se concentram em torno da estação de trem (Simões, 2004), onde também se agrupam as classes de maior poder econômico até os dias atuais (Braga *et al.*, 2020).

No bojo deste processo outros grupos surgem com atividades similares, mas com objetivos diferentes e vão ao longo de sua existência se alinhando a área comercial e incorporando suas ações ao capital político da região, onde nesse momento buscam uma nova imagem para região por um novo projeto político (Enne, 2004), obtendo inclusive maior visibilidade midiática, talvez por conta das relações de interesses mútuos entre o campo político e o comercial.

As atividades eram desenvolvidas no último domingo do mês na perspectiva de se alcançar um público maior da classe trabalhadora por ser um dia destinado ao descanso semanal e a semana do mês que, legalmente, antecede o pagamento.

Na realidade periférica as atividades ofertadas gratuitamente e a entrada franca no PNMNI, possibilitavam o exercício do direito ao lazer com baixíssimo custo ou mesmo, efetivamente, gratuito, cujo as despesas se resumiam em alguns casos ao transporte até o local e o lanche, por recomendações, simples confeccionados em casa.

Após alguns anos o grupo apresenta uma reestruturação e, nesse processo, as atividades de lazer se desdobram em um jogo de futebol e, posteriormente, num jogo de queimada realizado em espaços públicos.

As atividades do grupo têm início em 2006, mas não é possível estabelecer uma

data específica para sua mudança de nome, e para fins dessa pesquisa consideramos o ano de 2018 por ser a data em que os remanescentes do grupo incluem, efetivamente, outra atividade de lazer sob o nome Coletivo Educação Em Movimento na organização do projeto Se Essa Rua Fosse Minha-Brincadeiras de Rua, em julho de 2018 (FEITOSA, 2024).

Atualmente este coletivo se organiza institucionalmente sob a forma de uma Organização Não Governamental (ONG) denominada Instituto Educação Em Movimento (IEM).

Figura 2 – Entrada do PNMNI

Fonte: Acervo do autor (1º semestre de 2008).

A fig. 2 mostra o grupo Na Rotaventura na entrada do PNMNI com um grupo de trilheiros exibindo uma espécie de bandeira com seu logotipo e um site ao qual não se encontra mais disponível na internet, mas podemos deduzir, minimamente, uma forma estruturada de divulgação das suas informações, o que reforça a ideia de uma organização intencionalmente planejada, portanto, possuindo pontos de contato com a educação não formal.

93

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu:

O parque natural municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) é uma unidade de conservação com 1.100 hectares, localizada no maciço Madureira-Gericinó, delimitada pela serra do Mendanha, no limite com a cidade do Rio de Janeiro, e a serra de Madureira, nos limites de Nova Iguaçu e Mesquita (QUEIROZ, 2021).

Sua criação data de 05 de junho de 1998 por meio do decreto nº 6.001 com a finalidade de proteção da fauna e flora, e como um aparelho público de lazer no meio ambiente natural (FOGAÇA & LIMA, 2024).

No ano seguinte a criação do PNMNI, o município de Mesquita se emancipa de Nova Iguaçu e a Unidade de Conservação (UC) que antes se localizava dentro de um só território, agora passa a pertencer a ambas as cidades, sendo Nova Iguaçu a responsável pela administração da UC (QUEIROZ, 2021).

Se revelando como um oásis em meio a metrópole fluminense, o PNMNI se apresenta como um grande atrativo de lazer e turismo por sua exuberante floresta, diversos poços e quedas d'água presente no curso do rio Dona Eugênia, trilhas e valor

histórico da região. Colaborando, também, como atrativo da cidade de Nova Iguaçu no pertencimento a região turística Baixada Verde, criada em 2017 pelo ministério do turismo conforme o Mapa do Turismo Brasileiro deste ministério e ainda presente na versão atual de 2025-atualizada até 31/12/2024 (BRASIL, 2017; 2025).

Sua importância como um aparelho de lazer na região se dá pela oferta de trilhas, banhos de cachoeiras, valor histórico e, principalmente, pelo fator econômico, uma vez que a entrada é gratuita, conforme mostram as pesquisas (GOMES, SANTOS & CORDEIRO, 2020) (QUEIROZ, 2021) (FOGAÇA & LIMA, 2024).

De acordo com a pesquisa realizada por Fogaça & Lima (2024), podemos observar que muitos de seus frequentadores se inserem nas classes trabalhadoras de menor renda, e do total de entrevistados 70% são moradores da Baixada Fluminense.

Tendo como base o salário-mínimo de R\$ 1.412,00, para o ano de 2024, as autoras constataram que 43,3% dos seus entrevistados recebem até dois salários-mínimos, e se elevarmos a faixa salarial para até quatro salários-mínimos, o número de visitantes entrevistados chega a 76,3% (FOGAÇA & LIMA, 2024).

Esse cenário nos ajuda a compreender como as ações desenvolvidas pelo grupo Na Rotaventura dedicaram sua parcela de colaboração ao PNMNI e, conseqüentemente a Baixada Fluminense.

O grupo de trilheiros Na Rotaventura tinha como objetivo a construção de um sentimento de pertencimento, imagem positiva da região, popularização das trilhas no território nas suas microesferas de convivência e divulgação, onde suas atuações e estratégias e utilizadas resultaram num resultado maior que o esperado, gerando um significativo acervo de reportagens, quase todos tendo como local o PNMNI (vide quadro 1).

Como estratégias de atuação desenvolviam as atividades de trilha gratuitamente, e majoritariamente, no último domingo do mês com o intuito de promover uma atividade de lazer a classe trabalhadora, por ser, comumente, o último final de semana antes do pagamento e um dia da semana destinado ao descanso.

Ao direcionarmos o foco para o recorte temporal (2006-2018) da atuação do grupo Na Rotaventura, observamos que sua atuação se inicia 8 anos após a criação do PNMNI e perduram, sob este formato, por aproximadamente 12 anos.

Esses pontos nos permitem destacar a importância do PNMNI como aparelho de lazer na região, e a colaboração do grupo Na Rotaventura na promoção desse direito constitucional aos seus visitantes, cujo uma parcela significativa pertence a classe

trabalhadora da Baixada Fluminense.

As trilhas organizadas pelo grupo Na Rotaventura possuíam olhares específicos dentro do campo do lazer, no entanto se fizermos uma alusão dessas atividades com o turismo, percebemos com maior amplitude o papel desempenhado pelo grupo no contexto da relação sociedade e PNMNI. Como coloca Fogaça e Lima (2024):

a precariedade e a deterioração das condições de vida nas grandes cidades têm levado as pessoas a procurarem lugares que ofereçam opções lúdicas e reais de contato com a natureza para fins de descanso ou se desligarem das preocupações do dia-a-dia. A atividade turística na natureza pode proporcionar o desenvolvimento da localidade de forma econômica e social, podendo ser considerado um fator positivo aliado ao turismo. (FOGAÇA & LIMA, 2024)

Destacamos o formato de organização das trilhas, onde suas paradas para apresentação dos pontos de destaque e, principalmente nas orientações no início das atividades, colaboravam para um processo educativo de visitação a um ambiente natural e, conseqüentemente, uma UC.

Atividades de riscos ou ricos?

O antropólogo francês David Le Breton apresenta uma discussão sobre as atividades de risco e lazer em meio ao ambiente natural, suas discussões estão direcionadas àquelas atividades cujo risco de morte, ou mesmo de um grave acidente, é um fator a ser considerado com frequência. Estão atrelados a estes fatores, o imaginário do risco, da superação dos desafios e principalmente da superação de si mesmo.

O título da seção “CORRER RISCOS PARA QUE A EXISTÊNCIA TENHA NOVAMENTE UM ENCANTO” nos convida a reflexão sobre a necessidade da fuga da vida cotidiana encontrando no imaginário da superação dos riscos o caminho para a superação de si, dos limites e desafios do corpo e da mente, de maneira a qual, não podem ser encontrados na rotina diária. Le Breton coloca que:

Quanto mais uma passagem suscita dificuldades, permanecendo sempre a altura do homem, mais o indivíduo sente-se fortalecido e feliz de tê-la enfrentado, mais elas deixam uma marca na memória, e muito mais potente é o seu rendimento simbólico em termos identitários (LE BRETON, 2006. p.102)

Essas marcas de fortalecimento identitários, simbólicos, estão relacionados na obra do autor àqueles que, em suas atividades, desafiam riscos emitentes de grave acidente ou morte.

No entanto, se observarmos por outra lente e consideramos a unicidade de cada ser

humano, na realização das atividades organizadas pelo grupo Na Rotaventura, por mais que não estivessem expostos a esses riscos, ainda assim, temos presente o imaginário destes indivíduos ao se lançarem a uma atividade situada fora do seu cotidiano social e, principalmente, econômico.

A superação dos limites se apresenta na vivência de um lazer, no desconhecido da natureza e fora de sua classe econômica cultural, pois, a realização de uma trilha, por mais acessível que seja hoje, à época era considerado fora da realidade da maior parte classe trabalhadora da Baixada Fluminense

O fator econômico se apresenta como um ponto de contato entre Marcelino (2012) e Le Breton (2006), onde o primeiro aborda o aspecto econômico como fator determinante entre “as barreiras para o lazer”, e o segundo ao mencionar que “Diversos estudos convergem para mostrar que essas atividades abundantes tocam, sobretudo, os representantes das classes médias ou os privilegiados que dispõem de meios, de tempo” (MARCELINO, 2012, p. 25) (LE BRETON, 2006, p. 100).

Esse ponto de contato entre os autores, revela aquilo que os participantes das trilhas suportavam sob o sol da Baixada Fluminense, que o lazer, particularmente os na natureza e os de riscos, possuem cifras que seus bolsos desconhecem, lhes sobrando como esmolas, apenas o imaginário alimentados pelas imagens das telas, jornais e, talvez, as revistas da sala de espera de uma sala comercial qualquer.

No contexto do estudo de Le Breton, estes indivíduos buscam os riscos como meio de desafiar a si próprios e experienciarem sensações que lhes permitissem o “reencontro com o sentido” e, em alguns casos, “um sentimento de transcendência pessoal” nas suas atividades (LE BRETON, 2006. p.106).

Cabe destacar que foco do autor não está nas relações econômicas, e sim, está na relação entre: risco e lazer na natureza, tríade que dá nome ao seu texto.

Nesse contexto, de reencontro com o sentido, assumir e superar os riscos, que o autor retrata a percepção destes indivíduos em alusão aos montanhistas e escaladores, na perspectiva que “O tapete vermelho estendido em direção ao topo é sem interesse, a não ser para iniciantes limitados no imaginário do risco” (LE BRETON, 2006. p.102).

Analisando quase duas décadas depois as atividades organizadas pelo grupo Na Rotaventura, é pertinente se perguntar, ou mesmo afirmar, se tais atividades, à época de sua realização, serviram como este “tapete vermelho” pavimentando o abismo cultural e econômico existente entre os participantes das trilhas e estas atividades de lazer, à época, tão elitista.

Infelizmente os limites desta pesquisa não dão conta de responder a tal questionamento, mas podemos afirmar que qualquer indivíduo que tenha participado das atividades, e hoje vivencie ou possua estas experiências, carrega consigo os desdobramentos das ações do grupo que tinham como objetivos o sentimento de pertencimento da região e a popularização das trilhas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo encontrou como resultado a trajetória de um grupo de trilheiros que apresentou, dentro de suas microesferas de convivência e divulgação, um diálogo de contraponto no tensionamento dos discursos de construções a respeito da imagem da região por meio de suas ações colaborativas para a construção do sentimento de pertencimento pela Baixada Fluminense.

As ações realizadas se revelaram como intervenções relevantes que foram capazes de romper com suas proposições iniciais, relativas ao alcance de seus discursos, ao serem visibilizados pelos meios jornalísticos de grande circulação em diversas plataformas para um público maior que suas expectativas iniciais (conforme quadro 1).

Quadro 1 – Mídias referentes aos eventos.

Título	Veiculação	Local de Publicação	Data	Referência ²
Natureza do virtual para o real	Impresso	Jornal O Globo - Baixada	Jun./ 2006	1
Esportes Verdes	Impresso	Revista Baixada Verde	Jul./ 2008	2
Radical em terra, ar e água	Impresso	Jornal O Dia-Baixada	Jun./ 2009	3
Caminhadas e aventuras rurais	Impresso	Jornal O Dia- Baixada	Jan./ 2011	4
Esportes que valem uma aventura	Impresso	Jornal O Dia- Baixada	Fev./ 2011	5

97

². 1- RAMOS, 2006; 2 - BAIXADA VERDE, 2008; 3- COSTA & VIEIRA, 2009; 4- LESSA, 2011; 5- JORNAL O DIA, 2011; 6- JORNAL O DIA, 2012; 7- PROGRAMA CÂMERA ESPECIAL, 2012a; 7.1- PROGRAMA CÂMERA ESPECIAL, 2012b; 8 -FERNANDES, 2013a; 8.1 - FERNANDES, 2013b; 9- CONECTA BAIXADA, 2017; 10 – BELANDI, 2017a; 11 – BELANDI, 2017b; 12- BAIXADA FÁCIL, 2018.

Esportes Radicais, com sombra e água fresca	Impresso	Jornal O Dia- Baixada	Jan./ 2012	6
Programa Câmera Especial	Televisiva	RIT TV -CJC	Mar/ 2012	7
Programa Câmera Especial	Internet ²	RIT TV/Canal CJC (Youtube)-Programa Câmera Especial	Mai/ 2012	7.1 ³
Esportes Radicais de Verão	Impresso	Jornal Extra - Caderno Baixada	Jan./ 2013	8
Parque Municipal de Nova Iguaçu é boa opção para quem quer praticar rapel e slackline.	Internet	Jornal Extra – Baixada Fluminense	Jan./ 2013	8.1
Domingo tem trilha no Parque Natural de Nova Iguaçu	Impresso /Internet ³	Jornal Conecta Baixada	Jan./ 2017	9 ⁴
Janeiro: Ritmo de férias, calor e muita diversão	Internet	Jornal O Dia	Jan./ 2017	10
Na Rota: Baixada Verde	Internet	Jornal O Dia - O Dia Na Baixada	Set./ 2017	11
Evento convida moradores de Nova Iguaçu a conhecer pontos turísticos a bordo de bicicletas	Internet	BAIXADA FÁCIL	Mar/ 2018	12

Fonte: Feitosa, 2024.

Esse movimento se soma a tantos outros anteriores e contemporâneos realizados por atrizes e atores sociais que, individual ou coletivamente, buscam a construção de uma imagem positiva para a Baixada Fluminense.

Este processo de mobilização colabora significativamente para o grupo Na Rotaventura realizar outras atividades, se renomear como Coletivo Educação Em

³. Utilizamos como referência a cópia do vídeo original, pelo fato do mesmo não estar mais disponível online.

⁴. A página da internet com a matéria virtual não está mais disponível.

Movimento até sua estruturação em ONG denominada Instituto Educação Em Movimento (IEM).

As ações impactam de forma positiva considerando as articulações entre os processos educativos não formais e as atividades de lazer que puderam gerar fortalecimento mútuo entre esses dois campos no chão do território, colaborando em alguma medida para a disputa da construção da imagem positiva da Baixada Fluminense. Em outro aspecto observamos o amadurecimento do grupo Na Rotaventura em seu processo de evolução para um Coletivo e, atualmente, uma ONG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou colaborar com material acadêmico sobre a história local da Baixada Fluminense, na perspectiva educacional sob o viés do lazer aliado a educação não formal que se insere num tríptico viés, a saber: educação formal, educação não formal e educação formal.

Acreditamos que as ações desenvolvidas e disputadas no chão do território precisam também serem visibilizadas e disputadas no campo acadêmico, na construção de uma ponte que seja capaz de interligar os conhecimentos acadêmicos e os saberes e fazeres dos grupos e indivíduos, aqui particularmente, sob o sol da Baixada Fluminense.

Nesse estudo em tela, as trilhas se mostram como um elemento agregador de um processo educativo e de um movimento em prol desses direitos constitucionais e humanos, destacando a popularização das trilhas como uma afirmação da classe trabalhadora da região de seu direito ao lazer.

Numa perspectiva de apropriação de seus direitos (da classe trabalhadora), as ações desenvolvidas pelo grupo Na Rotaventura permitiram três pontos que hoje são possíveis discriminar com maior ênfase, que foram suas colaborações no desenvolvimento do sentimento de pertencimento, da imagem positiva da região e a popularização das trilhas, sendo o PNMNI o protagonista desse processo.

Estes três pontos discriminados como colaboração do grupo na apropriação de direitos pela classe trabalhadora convergem para a afirmativa que o lazer é um direito de todos, e deve ser usufruído principalmente pelas trabalhadoras e trabalhadores, e em particular desta região periférica chamada Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS

BAIXADA VERDE. Esportes Verdes. **Baixada Verde**, Nova Iguaçu, n.8, p.13, julho 2008.

BARRETO, Alessandra Siqueira. **Notícias de uma Guerra: estratégias, ameaças e orações**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 183-212, jan./jun. 2007. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Xm4DtgpvDpwrjzLwrrm5wHr/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso: 22 ago. 2025.

BELANDI, Caio. Janeiro: Ritmo de férias, calor e muita diversão. **Jornal O Dia**, Rio de Janeiro, 13 janeiro de 2017a. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/odiabaixada/2017-01-15/janeiro-ritmo-de-ferias-calor-e-muita-diversao.html>>.

Acesso em: 01 abr. 2025.

BELANDI, Caio. Na Rota: Baixada Verde. **Jornal O Dia-Baixada**, Rio de Janeiro, 8 setembro de 2017b. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/odiabaixada/2017-09-10/nova-rota-baixada-verde.html>>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRAGA, G. (ORG). *et al.* **Mapa da Desigualdade. Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2020. ed. s.l.:Casa Fluminense, 2020. Disponível em: <https://casافلuminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf>. Acesso em: 31 de jul. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.

_____. Ministério do Turismo. Portaria nº 197 de 14 de setembro de 2017. Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências. Brasília: Ministério do Turismo, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2017/portaria-no-197-de-14-de-setembro-de-2017>>.

Acessado em: 26 ago. 2025.

_____. Ministério do Turismo. Portaria nº 9 de 24 de abril de 2025. Dispõe sobre as normas do Programa de Regionalização do Turismo, do Mapa do Turismo Brasileiro e da Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília: Ministério do Turismo, 2025. Disponível em: <[https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/RelatorioMapaDoTurismo%20\(5\).pdf](https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/RelatorioMapaDoTurismo%20(5).pdf)>. Acessado em: 26 ago. 2025.

Câmara Especial. Rio de Janeiro-RJ/Brasil Rede Internacional de Televisão, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eWvDgbhBqlw&t=23s>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CONNECTA BAIXADA. Domingo Tem Trilha no Parque Natural de Nova Iguaçu. **Conecta Baixada**, Mesquita, p. 4 jan. 2017.

COSTA, Alessandro; VIEIRA, Alexandre. Radical em terra, ar e água. **Jornal O Dia-Baixada**, Rio de Janeiro, p. 1-3, 7 de junho de 2009.

CRUZ, C. Professor lidera projeto gratuito na Baixada que resgata brincadeiras de rua. **Jornal Extra-Caderno Baixada**, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/professor-lidera-projeto-gratuito-na-baixada-que-resgata-brincadeiras-de-rua-22897381.html>>. Acesso: 30 ago. 2023.

ENNE, A. L. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **Ciber Legenda** Nr. 14, v. 2, nov. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36726>>. Acesso: 28 jul. 25.

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO. **Registro do Instituto Educação Em Movimento**. Nova Iguaçu. 18 nov. 2021. Instagram: @iemovimento. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CWbG0yqF7x8/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FILÉ, V.; RIBETTO, A. Outros Corpos Estão Em Movimento, Outros Campos Ampliam As Disputas. **Revista Teias**, v. 12, n. 24, p. 67–78, 2011.

FEITOSA, L. de A.; SILVA, F. J. F. da. Caminhando e pedalando na construção da autonomia: práticas não formais. In: *Ciência Inteligente: Pesquisas Nacionais em Humanas*. Ebook. Recife(PE) Even3, 2023. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/ebook/ci-humanas-1/633032-CAMINHANDO-E-PEDALANDO-NA-CONSTRUCAO-DA-AUTONOMIA--PRATICAS-NAO-FORMAIS>>. Acesso em: 24 de jun. 2023.

FEITOSA, Luciano de Almeida. **Baixada Fluminense, Trilha e Educação: pegadas de um grupo nas trilhas da construção do sentimento de pertencimento**. In: XIII Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura e VII Congresso Internacional de

Atividades de Aventura, 2024, Petrópolis. Anais. Petrópolis:Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2024. Disponível em: <<https://cbaaciaa.com.br/eixo%201/14%20BAIXADA%20FLUMINENSE,%20TRILHA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20PEGADAS%20DE%20UM%20GRUPO%20NAS%20TRILHAS%20DA%20CONSTRU%C3%87%C3%83O%20DO%20SENTIMENTO%20DE%20PERTENCIMENTO.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FERNANDES, Paula. Esportes Radicais de verão. **Jornal Extra-Baixada**. Rio de Janeiro, p.1, 6-8, 5 de janeiro de 2013a.

FERNANDES, Paula. Esportes Radicais de verão. **Jornal Extra-Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 5 jan. 2013b. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/parque-municipal-de-nova-iguacu-boa-opcao-para-quem-quer-praticar-rapeel-slackline-7189233.html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FOGAÇA, Isabela de Fátima. LIMA, Gabriella Sena de. Pesquisa de demanda do parque natural municipal de Nova Iguaçu. Revista Brasileira dos Observatórios de Turismo, Natal, v. 3, n. 1, p. 1-8, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/ReBOT/article/view/6432/4384>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

GOHN, M. DA G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. DA G. **Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos(ãs) em tempos do coronavírus**. In: Revista Humanidades e Inovação, v. 7, p. 9–20, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259>>. Acesso em: 27 de jul. 2023.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

GOMES, Carlos Henrique Montes. SANTOS, Joana da Silva Castro. CORDEIRO, J. S. S. Potencialidades do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu na Região Turística Baixada Verde (RJ). Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação. Niterói, RJ. Vol. 8, nº 12. 2020. Disponível em:<https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/47417/28573>.Acesso em: 26 ago. 2025.

JORNAL O DIA. Esportes que valem uma aventura. **Jornal O Dia-Baixada**, Rio de Janeiro, p. 8, 27 de fevereiro de 2011.

JORNAL O DIA. Esportes radicais, com sombra e água fresca. **Jornal O Dia-Baixada**, Rio de Janeiro, p. 1-2, 8 de janeiro de 2012.

LE BRETON, David. **Risco e lazer na natureza**. In: MARINHO, Alcyane. BRUHNS, Heloisa Turini. (Org.) Viagem, Lazer e Esporte: o espaço da natureza. 1º ed. Barueri:Manole, 2006. p. 94-117.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12º. ed. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

LESSA, Helvio. Caminhadas e aventuras rurais. **Jornal O Dia-Baixada**, Rio de Janeiro, p. 2-3, 9 de janeiro de 2011.

MARCELINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PROGRAMA CÂMERA ESPECIAL, São Paulo: **Rede Internacional de Televisão-CJC**, ?? de maio de 2012a. Programa de TV.

PROGRAMA CÂMERA ESPECIAL. **Rede Internacional de Televisão**. Rio de Janeiro, 30 de março de 2012b. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eWvDgbhBqlw&t=23s>. Acesso em: 19 jun. 2023.

QUEIROZ, E.D. de. Uso público em unidade de conservação: caminhos apontados no parque natural municipal de Nova Iguaçu-RJ. *Revista Caminhos da Geografia, Uberlândia*, v. 22, n. 82, p. 89-101, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55771/32395>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RAMOS, T. Natureza do virtual para o real. **Caderno Baixada-Jornal O Dia**, p. 23, 25 jun. 2006.

ROCHA, A. S. da. Baixada Fluminense-Representações entre o desenvolvimento, a violência e o descaso. In: ROCHA, A. S. DA (ORG) Ed. **Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas**. 1º ed. Duque de Caxias, RJ: ASAMIH, 2020. p. 13–27.

RODRIGUEZ, E. C. B. Formação socioespacial de uma cidade: agentes e estratégias espaciais. **Revista pilares da história**, v. Especial, p. 125–129, 2016. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

SIMÕES, M. R. Geografia de nova iguaçu. In: **Baixada Fluminense: a construção de**

uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ:IPAHB, 2004. p. 148–155.

SIMÕES, M. R. Uso do tempo livre e distribuição espacial dos equipamentos e manifestações culturais na metrópole carioca. In: ROCHA, A. S. DA (ORG.) **Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas.** 1º ed. Duque de Caxias:ASAMIH, 2020. p. 148–156.